



ORDEM DOS
MÉDICOS
DENTISTAS

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC)

Ordem dos Médicos Dentistas (OMD)

Ficha Técnica

DATA DE APROVAÇÃO

16 de janeiro de 2026 (Aprovado na reunião do Conselho Diretivo)

CONCEÇÃO

Ordem dos Médicos Dentistas

CONTACTOS

Ordem dos Médicos Dentistas (OMD)
Av. Dr. Antunes Guimarães n°463
4100-080 Porto, Portugal

T (+351) 226 197 690
geral@omd.pt

Índice

I. Enquadramento Estratégico e Normativo	4
II. Diagnóstico e Mapeamento de Riscos Estratégicos	5
III. Medidas de Prevenção e Mitigação (Plano de Ação)	9
IV. Estrutura de Governança, Monitorização e Reporte.....	13
V. Detalhe Operacional: Matrizes de Risco por Área.....	15
VII. Considerações Finais e Revisão	19

I. Enquadramento Estratégico e Normativo

A Ordem dos Médicos Dentistas (OMD) enfrenta um momento de transformação significativa. O presente Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRIC) transcende a mera conformidade formal com o Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC). Este documento constitui um instrumento estratégico de gestão que alinha a integridade institucional com os objetivos definidos no Plano de Atividades e Orçamento (PAO) de 2026 e nas Prioridades Estratégicas de Desenvolvimento Organizacional. A sua elaboração responde não apenas aos imperativos legais nacionais, mas incorpora as mais recentes recomendações da OCDE sobre integridade pública, deslocando o foco de uma abordagem puramente punitiva para uma cultura preventiva baseada em insights comportamentais.

1.1 Evolução do Paradigma de Risco na OMD

A abordagem à gestão de riscos de corrupção na OMD teve o seu início com o mandato do órgão executivo eleito para o período de 2020-2024, tendo sido aprovado o primeiro plano nessa matéria.

A atual proposta abraça a integridade como um pilar central da governança. Mais ainda, a complexidade das operações previstas para os próximos anos — incluindo a construção da nova sede, a gestão de grandes eventos como o congresso anual, a transição digital e as novas áreas de monitorização, como a formação contínua, especialidades e gestão de pessoas — introduz novas tipologias de risco que exigem mecanismos de controlo mais sofisticados e proativos.

1.2 Alinhamento com a Estratégia Organizacional 2026

A gestão de riscos não pode ser dissociada da estratégia da organização. Este plano foi desenhado para servir de suporte direto à execução das prioridades estratégicas da OMD. A análise dos documentos orientadores revela que a OMD se encontra num ponto de inflexão, procurando modernizar-se através da digitalização, sustentabilidade e reforço institucional.

Os vetores estratégicos identificados no PAO 2026 impõem desafios específicos à integridade:

- **Modernização e Eficiência Organizacional:** A migração para sistemas digitais integrados (ERP Business Central, Filedoc) altera a natureza dos riscos, passando de falhas manuais para vulnerabilidades sistémicas e de cibersegurança, mas oferece também oportunidades únicas de automação de controlos.
- **Sustentabilidade e Crescimento:** A necessidade de equilíbrio financeiro e a gestão de novas fontes de receita, como subsídios do PRR e parcerias estratégicas, exigem transparência absoluta para evitar conflitos de interesses.
- **Reforço Político e Institucional:** A atuação junto de decisores políticos para, entre outros, a

criação da carreira de médico dentista no SNS, revisão do programa cheque dentista, operacionalização dos serviços de medicina dentária nas unidades de saúde familiar acarreta riscos de exposição que devem ser mitigados.

- **Novas Instalações:** O investimento imobiliário de 1,5 milhões de euros previsto para 2026 (num total estimado de 4 milhões mais IVA) constitui, estatisticamente, uma das áreas de maior risco de corrupção (obras de construção), exigindo protocolos de fiscalização reforçados.

1.3 Metodologia: A Abordagem Comportamental

A inovação central deste plano reside na incorporação de princípios da psicologia comportamental e social.¹

1.4 Âmbito de Aplicação e Responsabilidade

O presente plano aplica-se a toda a estrutura da OMD, abrangendo:

- **Órgãos Sociais:** Bastonário, Conselho Diretivo, Mesa da Assembleia Geral, Conselho Geral, Conselho Fiscal, Conselho de Supervisão, Conselho Deontológico e de Disciplina, Provedor Colégios de Especialidade.
- **Estrutura Executiva e Administrativa:** Diretor Executivo, Diretores de Departamento, Coordenadores e todos os colaboradores.
- **Colaboradores Externos e Parceiros:** Consultores, fornecedores, membros de centros, comissões técnicas, científicas, comissões constitutivas, de avaliação e grupos de trabalho.

A responsabilidade pela execução e monitorização do plano é partilhada, mas diferenciada. O Conselho Diretivo detém a responsabilidade última pela implementação, enquanto a estrutura operacional definida neste plano assegura a execução diária. O Conselho Fiscal exerce funções cruciais de monitorização independente e avaliação da eficácia dos controlos.

II. Diagnóstico e Mapeamento de Riscos Estratégicos

A identificação de riscos neste plano resulta de uma análise cruzada entre as vulnerabilidades da organização e os novos desafios impostos pelo PAO 2026. A matriz de riscos evoluiu para incorporar

¹ A corrupção e as infrações conexas raramente resultam de um cálculo racional frio de "crime vs. castigo". Frequentemente, emergem de enviesamentos cognitivos, pressões contextuais e falhas na arquitetura de decisão. A metodologia adotada parte do princípio de que a ética pode ser "arquitetada". Em vez de depender exclusivamente da força de vontade dos colaboradores ou do medo de sanções. O plano propõe desenhar processos onde a decisão ética é a opção padrão. Reconhece-se que fatores como a intensidade de períodos de trabalho, o esgotamento mental (ego depletion) — comum durante a organização de grandes eventos como o congresso anual — ou a difusão de responsabilidade em órgãos colegiais, aumentam a permeabilidade a comportamentos de risco. As medidas preventivas detalhadas neste documento visam mitigar estes fatores, criando um ambiente onde a integridade é facilitada e o desvio é dificultado.

a dimensão da detetabilidade (D), além da probabilidade (P) e do impacto (I), permitindo uma priorização mais eficaz das medidas de mitigação.

2.1 Área Crítica: Construção da Nova Sede e Gestão de Infraestruturas

O projeto da nova sede na Av. do Dr. Antunes Guimarães, no Porto, representa o maior investimento único da OMD no horizonte 2026-2028, com uma dotação orçamental de 1,5 milhões de euros apenas para o ano de 2026. A complexidade deste projeto, que envolve operações de controlo urbanístico, contratação de empreitadas, fiscalização de obra e aquisição de equipamentos, cria um ecossistema de risco elevado.

Análise de Riscos Específicos:

A fase de construção civil é historicamente suscetível a práticas de conluio e corrupção, não só pelo risco elevado de manipulação de procedimentos concursais, mas também pela apresentação de propostas com um preço baixo, seguidas de pedidos de trabalhos a mais durante a execução da obra. Tal constitui uma ameaça séria ao controlo orçamental e à integridade do processo.

A fiscalização da obra apresenta também vulnerabilidades próprias, na medida em que comporta riscos de conluio entre a equipa de fiscalização e o empreiteiro. Este risco é amplificado pela pressão temporal para concluir a obra, o que pode induzir a uma "cegueira ética" onde os controlos de qualidade são sacrificados em prol do cumprimento de prazos. No plano urbanístico, a transparência na interação com a Câmara Municipal do Porto no âmbito das operações de controlo urbanístico e alteração de loteamento é crucial para proteger a reputação institucional da OMD.

A gestão das instalações provisórias durante o período de obra introduz uma camada adicional de complexidade. A contratação de espaços alternativos e a logística de mudança, gerida pela Direção Executiva e pelo Departamento de Administração e Operações, devem seguir critérios rigorosos para evitar favorecimentos ou custos inflacionados.

2.2 Área Crítica: Gestão do Congresso Anual e Eventos

O Congresso Anual da OMD é uma operação de grande envergadura financeira e logística, com receitas e despesas que ultrapassam 1,1 milhões de euros, representando uma fatia muito significativa do orçamento global da Ordem. A natureza deste evento, que envolve centenas de fornecedores, patrocinadores e oradores, cria um ambiente propício a riscos de corrupção e conflitos de interesses.

Análise de Riscos Específicos:

A relação com a indústria (farmacêutica, equipamentos, materiais dentários) é o ponto nevrálgico. Existe um risco envolvendo os patrocinadores, que pode comprometer a independência técnico-científica do evento. A atribuição de espaços na Expodentária, uma fonte de receita de 550.000€, é outra área sensível.

A gestão de hospitalidade e a atribuição de brindes constituem um risco comportamental significativo

na medida em que pode enviesar decisões futuras de contratação.

No plano operacional, a organização de eventos caracteriza-se frequentemente pela urgência. O risco de abuso do ajuste direto é real, com a invocação de motivos de "urgência imperiosa". A seleção de oradores e conferencistas, que usualmente envolve honorários globais de elevado valor, deve ser blindada contra o nepotismo e favorecimento. A escolha deve basear-se estritamente no mérito científico e pedagógico, cumprindo as demais atribuições estatutárias e administrativas.

2.3 Área Crítica: Transformação Digital e Gestão de Dados

A OMD está a implementar um ambicioso plano de transição digital, que inclui um novo ERP, ferramentas de Business Intelligence (BI), Inteligência Artificial e um novo portal, enquadrados e apoiados pelo PRR. Embora a tecnologia seja uma ferramenta de controlo, a sua implementação e gestão introduzem novos vetores de risco.

Análise de Riscos Específicos:

A contratação de serviços informáticos e consultoria apresenta riscos de dependência tecnológica e sobrefaturação de horas de desenvolvimento.

A segurança da informação é crítica. Com uma base de dados de mais de 13.000 membros, existe o risco de fuga de dados pessoais e de contacto para fins comerciais ou políticos. O acesso privilegiado a estas bases de dados por administradores de sistema ou consultores externos deve ser estritamente controlado para evitar a venda de listas de contactos a entidades com interesses na área.

A manipulação de dados nos novos sistemas (ERP Business Central) constitui um risco de fraude interna. A segregação de funções (SoD) no ambiente digital é, portanto, uma prioridade absoluta.

Acresce que parte dos investimentos são realizados através de cofinanciamento do PRR, pelo que se reveste de importância redobrada e riscos específicos a execução da candidatura e aplicação de fundos comunitários.

2.4 Área Crítica: Política e Relações Institucionais

O reforço do papel político da OMD, nomeadamente na defesa da criação da carreira de médico dentista no SNS e na interação com os poderes central, regional e local, expõe a instituição a riscos de natureza ética e reputacional.

Análise de Riscos Específicos:

A transição de dirigentes da OMD para cargos governamentais ou regulatórios, e vice-versa, pode criar conflitos de interesse real ou aparente. A interação da OMD com decisores políticos na defesa legítima dos interesses da classe deve garantir que as suas posições políticas e regulamentares defendem o interesse público e a qualidade da medicina dentária.

2.5 Área Crítica: Centro de Formação Contínua

O Centro de Formação Contínua é um pilar estratégico na valorização profissional, mas envolve a seleção de formadores e gestão de verbas que requerem isenção e transparência.

Análise de Riscos Específicos:

O risco principal reside na forma de seleção de formadores, onde critérios subjetivos podem ser aplicados em detrimento da competência pedagógica. Existe também o risco de conflito de interesses comercial, se os formadores atuarem simultaneamente como representantes de marcas de materiais dentários, podendo transformar cursos técnicos em sessões de venda dissimuladas. A ausência de rotação dos formadores pode levar à monopolização de temáticas específicas durante anos, impedindo a renovação do corpo docente e a atualização científica.

2.6 Área Crítica: Especialidades e Competências

Esta área é importante no âmbito da regulação profissional, na medida em que confere títulos com impacto direto no exercício profissional e rendimento dos médicos dentistas.

Análise de Riscos Específicos:

Existe um poder significativo concentrado nos membros de comissões constitutivas e das direções dos colégios de especialidades e comissões de acompanhamento/avaliação (no caso das competências setoriais), que intervêm na elaboração dos regulamentos de acesso e emitem parecer relativamente à atribuição do título de especialista ou de titular de competência setorial. Tal poderá levar a bloqueio de entrada de novos especialistas e titulares de competência para proteger o mercado ou outro tipo de favorecimentos.

2.7 Área Crítica: Gestão de Recursos Humanos e Remunerações

A gestão do capital humano e as práticas remuneratórias, tanto dos colaboradores como dos titulares de órgãos sociais, representam uma área sensível onde a discricionariedade pode dar lugar a iniquidades ou uso indevido de recursos.

Análise de Riscos Específicos:

- Recrutamento e Seleção: Risco de nepotismo ou favorecimento na contratação de colaboradores, contornando critérios de mérito e competência técnica.
- Arbitrariedade Salarial: Definição de vencimentos ou prémios sem critérios objetivos (equidade interna e competitividade externa), criando injustiças e insatisfação.
- Pagamentos a Órgãos Sociais (Senhas e Despesas): Risco de processamento de senhas de presença em reuniões não realizadas ou não estatutárias, e reembolso de notas de despesa (km, refeições) que não cumprem os regulamentos internos ou apresentam valores anómalos por falta de controlo sistemático.
- Conformidade do Novo Regulamento: Risco de interpretação incorreta ou aplicação

discricionária do novo Regulamento de Remunerações na fase de transição.

III. Medidas de Prevenção e Mitigação (Plano de Ação)

O plano de ação proposto estrutura-se em torno de medidas sistémicas, que alteram os processos e a tecnologia, e medidas comportamentais, que atuam sobre a cultura e a tomada de decisão individual.

3.1 Medidas para a Gestão da Obra da Nova Sede

A mitigação dos riscos na construção da nova sede exige um controlo "em tempo real" e a introdução de camadas de verificação independente.

- **Auditoria Externa de Engenharia e Custos:** Foi contratada uma entidade externa para realizar a revisão do projeto de execução antes do lançamento do concurso (prevenindo erros e omissões que geram trabalhos a mais).
- **Fiscalização da Execução:** Foi contratada empresa externa para a fiscalização da obra em todas as suas fases, bem como no apoio à análise das propostas apresentadas no concurso público. Está prevista a apresentação de relatórios periódicos da execução da obra e da sua conformidade, bem como das medidas corretivas ou preventivas a adotar.
- **Plataforma Eletrónica de Contratação Pública:** A utilização de plataforma eletrónica será mandatória para todos os procedimentos concursais associados à obra, garantindo a rastreabilidade total das peças do procedimento, esclarecimentos e propostas.
- **Relatórios Trimestrais de Desvio:** O Diretor Executivo apresentará trimestralmente ao Conselho Diretivo um relatório específico sobre a execução da obra, detalhando qualquer desvio financeiro ou temporal face ao planeado, bem como a justificação para eventuais trabalhos a mais.

3.2 Medidas para o Congresso e Eventos

A transparência e a objetividade são as armas principais para mitigar os riscos na gestão de eventos.

- **Política de "Transparência Radical" nos Patrocínios:** A OMD publicará anualmente um relatório detalhado de todos os patrocínios recebidos, discriminando montantes, entidades e contrapartidas acordadas. Serão proibidos acordos verbais ou contrapartidas não documentadas.
- **Algoritmo de Atribuição de Espaços:** A alocação de stands na Expodentária será gerida através de um sistema objetivo (ex. área, data de entrada de inscrição, volume de investimento), reduzindo a discricionariedade humana e o risco de favorecimento.
- **Impedimentos:** Os membros da Comissão Científica com relações profissionais ou comerciais

com patrocinadores, que considerem consubstanciar conflito de interesses devem declarar por escrito e tomar as medidas necessárias para evitar, sanar ou cessar o conflito em causa.

- **Teto para Ofertas e Hospitalidade:** Será estabelecido um limite de valor para a aceitação de ofertas (alinhado com as práticas da administração pública, ex: 150€) e criado um registo central obrigatório de ofertas. Viagens e estadias pagas por fornecedores a decisores da OMD consubstanciam conflito de interesses, devem ser declaradas por escrito e devem ser tomadas as medidas necessárias a evitar, sanar ou cessar o conflito em causa.

3.3 Medidas Tecnológicas e de Cibersegurança

A tecnologia será usada como um meio de fiscalização, automatizando controlos e prevenindo o erro humano ou malicioso.

- **Segregação de Funções Digital (SoD):** O novo ERP Microsoft Dynamics 365 e o sistema de automação de decisão e gestão documental digital Filedoc serão configurados para impedir que o mesmo utilizador inicie, aprove e execute um pagamento. Os perfis de acesso serão desenhados com base no princípio do menor privilégio.
- **Trilhos de Auditoria:** Serão ativados registos de auditoria em todas as transações financeiras e alterações de dados mestres (ex: IBAN de fornecedores). Estes registos serão monitorizados regularmente por uma entidade independente (DPO ou auditor interno) para detetar padrões anómalos.
- **Automação de Conformidade:** Os sistemas de compras serão configurados para exigir a anexação obrigatória de evidências (ex: três orçamentos) antes de permitir o avanço do processo de contratação, tornando a conformidade um pré-requisito técnico e não apenas burocrático.
- **Sistema de alertas automático:** sistema que sinalize aos utilizadores e seus supervisores desvios significativos de valores acumulados. O sistema deve gerar paralelamente, e em canal de auditoria, relatório com fundamentação dos atores referidos sobre os incidentes, se existentes ou sua ausência.

3.4 Medidas para o Centro de Formação Contínua

- **Bolsa de Formadores Pública:** Criação de uma bolsa de formadores com candidaturas abertas e critérios de seleção públicos (grelha de pontuação curricular), aprovados pelo Conselho Diretivo.
- **Declaração de Interesses dos Formadores:** Implementação da obrigatoriedade de os formadores assinarem e divulgarem uma declaração de interesses antes de cada curso, garantindo aos formandos a transparência sobre eventuais ligações à indústria.
- **Política de Rotatividade:** Estabelecimento de limites à repetição contínua de formadores nas

mesmas temáticas, fomentando a diversidade científica.

3.5 Medidas para Especialidades e Competências Setoriais

- **Declaração de Interesses Interna (Colégios):** Os membros da direção dos Colégios e Comissões deverão preencher uma Declaração de Interesses Interna da OMD. Esta declaração deverá ser preenchida no início do mandato e atualizada sempre que existam alterações relevantes, ficando depositada na OMD para consulta em caso de conflito, garantindo um nível de escrutínio interno adequado à responsabilidade que exercem (extensível a todos os órgãos, comissões e grupos de trabalho).

3.6 Medidas Comportamentais e de Cultura

Para além das regras, é necessário atuar sobre o comportamento e a cultura organizacional.

"Nudging" Ético nos Sistemas: Serão introduzidos lembretes éticos nos momentos de decisão. Por exemplo, ao submeter um pedido de reembolso de despesa, o utilizador terá de confirmar, através do preenchimento de uma caixa de verificação que a despesa cumpre os regulamentos e a lei, não envolvendo conflito de interesses. A declaração de honra será colocada no início dos formulários, e não no fim, técnica comprovada para aumentar a honestidade do preenchimento.

- **Simplificação de Normas:** As regras de integridade serão comunicadas através de meios visuais e listas de verificação simples, afixadas em locais visíveis e disponíveis na intranet, facilitando a consulta e a compreensão rápida em momentos de pressão.
- **Formação em Dilemas Éticos:** O plano de formação incluirá sessões práticas baseadas em cenários reais e dilemas cinzentos, ajudando os colaboradores a treinar o raciocínio ético e a identificar sinais de alerta.

3.7 Medidas de Gestão Corrente e Modernização Administrativa

A gestão do dia-a-dia constitui a primeira linha de defesa contra riscos operacionais.

Em 2026, serão implementadas medidas estruturantes de modernização administrativa que garantem a rastreabilidade total, reduzem a discricionariedade e promovem a qualidade;

- **Criação de Regulamento Financeiro:** Elaboração, aprovação e implementação de um regulamento financeiro que discipline e padronize os procedimentos de despesa e execução orçamental, reforçando o controlo interno sobre os fluxos financeiros da OMD.
- **Digitalização Total de Compras e Pagamentos:** Desmaterialização integral do ciclo de despesa, assegurando a total digitalização das faturas e a integração automática entre o ERP, a plataforma de contratação pública (base.gov) e o sistema de pagamentos bancários. Esta medida elimina o papel, torna os procedimentos mais eficientes e rigorosos e garante que

todas as transações deixam um rasto digital auditável.

- **Implementação do Balcão Único Digital (Omnicanal):** Lançamento do Balcão Único para o membro, suportado pelo alargamento do sistema de gestão de pedidos (ZenDesk) a todos os serviços da OMD. Esta medida assegura interações totalmente eletrónicas e rastreáveis em canais integrados (omnicanal), simplificando processos e garantindo equidade no tratamento dos pedidos.
- **Operacionalização de Novos Regulamentos:** Implementação prática dos novos regulamentos de Inscrição e de Taxas e Quotas, cujos processos serão suportados pelas novas ferramentas digitais para garantir conformidade automática e reduzir a intervenção manual.
- **Transparência Administrativa (Acesso a Atas):** Reforço da transparência institucional através da disponibilização de acesso a documentos administrativos, nomeadamente com a publicação regular de atas atualizadas dos órgãos sociais no site da OMD (área reservada), permitindo o escrutínio da gestão corrente pelos membros.
- **Sistema de Gestão da Qualidade (ISO 9001):** Em 2026, a OMD avançará para a certificação ISO 9001:2015, conforme definido no PAO. A normalização de processos, procedimentos e instruções de trabalho funciona como uma barreira sistémica contra a discricionariedade e o erro, garantindo que as atividades seguem padrões auditáveis de qualidade e conformidade.
- **Governança e Ecossistema de Dados:** Para mitigar riscos de integridade e uso indevido de informação, será implementado um ecossistema de dados robusto, com catalogação e normalização de terminologias, alinhado com os requisitos de integridade da ISO 27001 e os critérios de qualidade da ISO 8000, que assegure a rastreabilidade inalterável de todas as transações críticas e suporte a tomada de decisão baseada em factos, assegurando que o tratamento de dados para estudos e gestão cumpre rigorosamente o RGPD e os princípios de transparência.
- **Declarações de conflitos de interesse específicas:** de modo a reforçar a consciência e controlo e mitigação do risco, os envolvidos nas diversas fases de tomada de decisão e execução de contratação do PRR declaram por escrito, em minutas específicas e segregadas, eventuais conflitos de interesse.

3.8 Medidas para Recursos Humanos e Remunerações

A mitigação de riscos nesta área exige a standardização de processos e a introdução de controlos automáticos que eliminem a subjetividade.

- **Procedimento de Recrutamento e Seleção (SGQ):** Aplicação rigorosa da instrução de trabalho IT-RH-01 (já em vigor), que obriga à definição prévia de perfis de competências, publicitação de vagas, triagem curricular objetiva e entrevistas estruturadas. Este procedimento é auditado no âmbito do SGQ para garantir critérios de mérito e evitar o

nepotismo.

- **Política Salarial e Regulamento de Remunerações:** Implementação da política salarial aprovada, que define bandas salariais claras, regras de progressão e prémios indexados a objetivos coletivos e individuais (como o bem-estar), eliminando a arbitrariedade na definição de vencimentos. A remuneração de membros de órgãos sociais será estritamente alinhada com o novo Regulamento de Remunerações.
- **Controlo Digital de Pagamentos:** Implementação de um fluxo totalmente digital e integrado para o processamento de senhas de presença e notas de despesa. O sistema cruzará automaticamente a presença em reuniões (atas) com o pedido de senha e validará as despesas face aos tetos regulamentares.
- **Sistema de Alerta:** Criação de alertas automáticos no sistema de gestão financeira que identifiquem desvios padrão em despesas de representação ou quilómetros declarados, despoletando uma auditoria imediata antes do pagamento.

IV. Estrutura de Governança, Monitorização e Reporte

A eficácia deste plano depende de uma estrutura de governança robusta e multinível, que garanta a supervisão contínua e a responsabilização, com uma vertente operacional reforçada.

4.1 Comité de Acompanhamento Operacional

É criado o Comité de Acompanhamento de Integridade e Riscos com um cariz eminentemente operacional para assegurar a execução prática das medidas sem colidir com as competências de fiscalização estatutárias.

- **Composição:**
 - Membro do Conselho Diretivo com o pelouro da Gestão Interna (Coordenador);
 - Diretor Executivo;
 - Responsável de Recursos Humanos;
 - Gestor Responsável pelo Plano (ver ponto 4.2).
- **Competências:** Reúne bimestralmente para monitorizar os indicadores de execução, desbloquear recursos para a implementação de medidas e reportar o progresso ao Conselho Diretivo.
- **Transparência:** as suas atas são aprovadas e disponibilizadas no sistema de gestão documental, acessíveis permanentemente em modo de auditoria, permitindo a fiscalização.

4.2 Gestor Responsável pelo Plano

É designada a figura do Gestor Responsável pelo Plano. Este gestor é o responsável pela

operacionalização do plano.

- **Competências:** Operacionalização diária das medidas, gestão da análise interna administrativa do canal de denúncias, apoio aos departamentos na interpretação de normas e preparação dos relatórios para o Comité de Acompanhamento.

4.3 Arquitetura de Controlo

A responsabilidade pelo controlo mantém-se distribuída em três linhas de defesa:

- **Primeira Linha (Operacional):** Diretor Executivo, Diretores de Departamento, Centro de Formação, e gestores de contratos. São responsáveis pela identificação e mitigação diária dos riscos nas suas áreas de atuação.
- **Segunda Linha (Compliance e Risco):** Gestor Responsável pelo Plano e Gabinete de Assessoria Jurídica e Integridade. Responsáveis pela definição de políticas e monitorização de conformidade.
- **Terceira Linha (Supervisão):** O Conselho Fiscal desempenha um papel vital na avaliação isenta da eficácia do sistema de controlo interno e na análise de relatórios de auditoria. O Conselho de Supervisão na macro análise da conformidade regulamentar.

4.4 Canal de Denúncias e Proteção do Denunciante

Em cumprimento das prioridades estratégicas, a OMD implementará plenamente um Canal de Denúncias.

- **Plataforma Externa e Segura:** O canal será suportado por uma plataforma tecnológica externa que garanta o anonimato técnico e a confidencialidade das comunicações, impedindo o rastreio de IPs.
- **Gestão Transparente:** A triagem e gestão das denúncias serão asseguradas por uma entidade externa ou comissão interna (de acordo com a estrutura do Canal de Denúncia da OMD), garantindo que denúncias envolvendo a direção executiva ou o Conselho Diretivo sejam tratadas com a devida isenção.
- **Política de Não-Retaliação:** A OMD aprovará e divulgará uma política rigorosa de proteção contra qualquer forma de retaliação sobre os denunciadores, promovendo uma cultura de confiança e transparência.

4.5 Indicadores de Monitorização (KPIs)

A execução do plano será monitorizada através de indicadores quantitativos e qualitativos:

Indicador (KPI)	Meta	Frequência de Medição
% de contratos da obra da sede auditados internamente	100%	Trimestral
% de despesas do Congresso com suporte documental completo no ERP/SGD	> 98%	Mensal (pós evento)
Nº de incidentes de segurança da informação reportados	0 incidentes críticos	Mensal
% de colaboradores com formação em ética e integridade concluída	100%	Anual
Tempo médio de resposta a denúncias recebidas no Canal	< 10 dias úteis	Trimestral
% de Formadores contratados via Bolsa Pública	> 90%	Semestral
Cumprimento do prazo de submissão da Declaração do Bastonário	100%	Anual
% de Faturas processadas via fluxo digital integral (P2P)	100%	Mensal
Taxa de publicação de Atas na área de membro (após aprovação)	100% (< 30 dias)	Trimestral
% Pedidos no Balcão Único com SLA cumprido	> 90%	Mensal
% de Recrutamentos com procedimento SGQ (IT-RH-01) completo	100%	Semestral
% de Notas de Despesa validadas automaticamente pelo sistema	> 95%	Trimestral

V. Detalhe Operacional: Matrizes de Risco por Área

A operacionalização deste plano requer a decomposição dos riscos em matrizes detalhadas que orientem a atuação específica de cada departamento. As tabelas seguintes apresentam os riscos identificados, a sua classificação e as medidas de controlo associadas.

5.1 Matriz de Riscos: Construção e Património

Risco Específico	Prob.	Imp	Detet.	Nível	Medidas de mitigação e Controlo	Responsável
Conluio na Contratação: Favorecimento de empreiteiros na adjudicação da obra da sede	3	5	3	Crítico	Utilização obrigatória de plataforma eletrónica; Júri de concurso com peritos externos; Revisão de Projeto	Conselho Diretivo / Fiscalização/ Revisão de Projeto Externo
Trabalhos a Mais: Aprovação de custos extra não justificados ou inflacionados	4	4	2	Alto	Revisão rigorosa do projeto de execução; Teto máximo para trabalhos a mais (% do contrato); Validação técnica independente de cada adenda	Fiscalização/ Conselho Diretivo
Defeitos de Execução: Utilização de materiais inferiores aos contratados	3	4	3	Alto	Ensaio de materiais obrigatórios por laboratório independente; Presença física regular da fiscalização em obra; Retenção de garantia bancária	Fiscalização
Licenciamento Irregular: Tentativa de agilização de processos camarários	2	5	4	Alto	Registo de todas as reuniões com a C.M. Porto; Protocolo transparente de comunicação; Assessoria jurídica externa no processo	Gabinete Jurídico

5.2 Matriz de Riscos: Congresso e Eventos

Risco Específico	Prob.	Imp	Detet.	Nível	Medidas de mitigação e Controlo	Responsável
Influência de Patrocinadores: Condicionalismo do programa científico por interesses comerciais	4	4	3	Critico	Declaração de conflito de interesses da C. Científica; Política clara de separação entre patrocínio e conteúdo	Comissão Científica; Conselho Diretivo; Comissão Organizadora do Congresso
Hospitalidade Indevida: Aceitação de viagens/estadias pagas por fornecedores	3	3	4	Médio Alto	Proibição expressa de aceitação de viagens; Teto de 150€ para ofertas; Registo central de ofertas	Todos os Órgãos Sociais; Colaboradores
Fuga de receita: Não registo de inscrições ou patrocínios pagos em numerário/espécie	2	4	2	Médio	Eliminação de pagamentos em numerário; Reconciliação automática entre plataforma de gestão e banca	Departamento de Administração e Operações
Ajuste Direto Abusivo: Contratação urgente de serviços sem consulta ao mercado	4	3	1	Alto	Planeamento antecipado de compras; Acordos-quadro anuais para serviços recorrentes (AV, catering); Justificação reforçada para ajustes diretos	Departamento de Administração e Operações; Comissão Organizadora do Congresso

5.3 Matriz de Riscos: Tecnologia e Dados

Risco Específico	Prob.	Imp	Detet.	Nível	Medidas de mitigação e Controlo	Responsável
Fuga de Dados Pessoais: Acesso e venda da base de dados de membros.	2	5	3	Alto	Encriptação de dados; Acesso restrito e auditado (logs); Monitorização de downloads massivos de dados; Formação em RGPD	Encarregado de Proteção de Dados; Unidade de inovação Digital
Fraude no ERP: manipulação de dados de fornecedores ou pagamentos	2	4	2	Médio	Segregação de Funções (SoD) no sistema; Validação de novos IBANs; Auditoria regular aos dados mestres de fornecedores. Sistema automático de alertas	Departamento de Administração e Operações; Unidade de Inovação Digital
Dependência de Fornecedor: custos inflacionados em IT	3	3	2	Médio	Contratos com clausulado claro sobre propriedade intelectual e reversibilidade; Consulta regular ao mercado; Gestão de contratos rigorosa	Unidade de Inovação Digital

5.4 Matriz de Riscos: Política e Relações Institucionais

Risco Específico	Prob.	Imp	Detet.	Nível	Medidas de mitigação e Controlo	Responsável
Portas Giratórias: Trânsito entre regulação e política/setor privado sem controlo	3	4	1	Alto	Transparência nos percursos profissionais.	Conselho Geral; Conselho Diretivo
Tráfico de Influência: Pressão indevida sobre decisores políticos	2	5	4	Alto	Registo público de reuniões com decisores políticos; Fundamentação técnica das documentos de política pública; Código de conduta para relações institucionais	Bastonário; Conselho Diretivo
Conflito de Interesses (Órgãos): Decisões em benefício próprio ou de associados relacionados.	3	3	2	Médio	Declaração de conflito de interesses; Inibição de participação em decisões onde exista conflito	Conselho Deontológico e Disciplina; Direções Colégios Especialidade; Júri; Conselho Diretivo

5.5 Matriz de Riscos: Centro de Formação Contínua

Risco Específico	Prob.	Imp	Detet.	Nível	Medidas de mitigação e Controlo	Responsável
Nepotismo na Seleção: Escolha de formadores por amizade/proximidade	4	3	2	Alto	Bolsa de Formadores Pública; Grelha de avaliação curricular; Aprovação das listas pelo CD	Centro de Formação Contínua; Conselho Diretivo
Viés Comercial: Formação usada para vender produtos	3	4	3	Alto	Declaração de conflito de interesses do formador no início do curso; Inquérito de isenção aos formandos	Comissão Científica; Comissão Organizadora do Congresso
Sobrefaturação: Pagamento excessivo a formadores	2	3	4	Médio	Tabela de honorários padronizada e aprovada em orçamento. Sistema de Alerta Automático	Departamento de Administração e Operações; Conselho Diretivo

5.6 Matriz de Riscos: Especialidades e Competências

Risco Específico	Prob.	Imp	Detet.	Nível	Medidas de mitigação e Controlo	Responsável
Bloqueio: Reprovação injustificada de candidatos	3	5	2	Crítico	Fundamentação escrita exaustiva das avaliações; Gravação de orais	Direções dos Colégios; Comissão de Avaliação
Falha na Declaração (Entidade Transparência): Erro/omissão na declaração do Bastonário.	2	5	5	Alto	Apoio jurídico dedicado ao Bastonário para assegurar a conformidade legal e prazo da sua Declaração Única	Bastonário; Gabinete Jurídico de Integridade
Conflito de Interesses (Júris): Avaliador julga candidato próximo/sócio	3	4	3	Alto	Declaração de Conflito de Interesses Interna (OMD) para membros de Júris; Cruzamento de dados profissionais.	Direções dos Colégios; Gestor do Plano

5.7 Matriz de Riscos: Gestão Corrente e Modernização Administrativa

Risco Específico	Prob.	Imp	Detet.	Nível	Medidas de mitigação e Controlo	Responsável
Despesa Discricionária: Execução de despesas sem cabimento orçamental ou autorização adequada	3	4	2	Alto	Implementação do Regulamento Financeiro; Bloqueio sistémico no ERP/SGD de despesas sem cabimento	Departamento de Administração e Operações; Conselho Diretivo
Ineficiência e Opacidade (Compras): Processos manuais que permitem "perda" de documentos ou favorecimento	4	3	3	Alto	Digitalização total das compras (P2P); Integração automática com plataforma de contratação pública.	Departamento de Administração e Operações
Tratamento Desigual (Membros): Gestão de pedidos por email/telefone sem registo ou SLA	3	3	4	Médio	Implementação do Balcão Único Digital (ZenDesk); Monitorização de SLAs e tickets por operador	Departamento de Administração; Conselho Diretivo
Opacidade Governativa: Decisões dos órgãos não comunicadas ou alteradas	2	5	3	Alto	Publicação imutável de atas na área reservada do site; Auditoria de acessos aos documentos	Conselho Geral; Conselho Diretivo
Erro na Aplicação de Taxas: Cobrança incorreta por falha humana na interpretação dos novos regulamentos	3	3	2	Médio	Parametrização automática das regras de cálculo no ERP; Validação cruzada por amostragem	Departamento de Administração e Operações; Unidade inovação Digital e Sistemas

5.8 Matriz de Riscos: Recursos Humanos e Remunerações

Risco Específico	Prob.	Imp	Detet.	Nível	Medidas de mitigação e Controlo	Responsável
Nepotismo no Recrutamento: Contratação baseada em relações pessoais e não no mérito.	3	4	2	Alto	Cumprimento auditado do Procedimento SGQ (IT-RH-01); Publicitação de vagas; Entrevistas estruturadas	Gestão Pessoas e Cultura Organizacional; Conselho Diretivo
Pagamentos Indevidos (Órgãos): Senhas de presença sem reunião ou despesas acima do teto/sem justificação	4	3	3	Alto	Fluxo digital de aprovação cruzado com atas; Alertas automáticos de sistema para valores anómalos	Departamento de Administração e Operações
Arbitrariedade Salarial: Definição de vencimentos ou prémios sem critérios de equidade	3	3	3	Médio	Aplicação da política Salarial aprovada (bandas); Auditoria de equidade salarial periódica	Gestão Pessoas e Cultura Organizacional; Conselho Diretivo

VI. Plano de Formação e Comunicação Interna

A cultura de integridade constrói-se através da educação e da comunicação contínua. O plano prevê um conjunto de iniciativas para capacitar a organização na gestão destes riscos.

6.1 Programa de Formação

- **Acolhimento de Novos Colaboradores:** O programa de integração de 90 dias incluirá formação com módulos obrigatórios sobre o Código de Conduta, Plano de Prevenção da Corrupção, RGPD e utilização dos sistemas de controlo interno.
- **Workshops de Dilemas Éticos:** Realização de sessões anuais para colaboradores e membros dos Órgãos Sociais, focadas na discussão de casos práticos e áreas cinzentas (ex: aceitação de convites, conflitos de interesses na formação), promovendo o alinhamento de critérios.
- **Formação Técnica Específica:** Ações de formação intensiva sobre o Código dos Contratos Públicos (CCP) para os colaboradores com responsabilidades na área de compras e aprovisionamento, e sobre Ética na Avaliação para membros de júris de especialidade.

6.2 Estratégia de Comunicação

- **Campanha Interna "Integridade em Ação":** Divulgação regular de mensagens sobre ética e conformidade nos canais internos (intranet, newsletters), destacando boas práticas e clarificando procedimentos.
- **Divulgação do Canal de Denúncias:** Campanhas de sensibilização para o uso do Canal de Denúncias, desmistificando o processo e reforçando as garantias de proteção e não-retaliação.
- **Relatórios de Transparência:** Publicação interna e externa de relatórios de atividades e contas, incluindo informações sobre a execução do plano de prevenção da corrupção, reforçando o compromisso da OMD com a transparência.

VII. Considerações Finais e Revisão

Este Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas é um documento vivo e dinâmico. A sua eficácia depende da capacidade de adaptação à evolução da organização e do contexto externo. Prevê-se uma revisão anual do plano, a realizar pelo Gabinete de Assessoria Jurídica e Integridade em articulação com o Comité de Acompanhamento e o Conselho Diretivo, para incorporar as lições aprendidas, os resultados das auditorias e as alterações legislativas ou estratégicas. Esta revisão deve preceder a elaboração do PAO do ano seguinte, garantindo que os riscos emergentes são devidamente considerados no planeamento de atividades e orçamento.

A implementação rigorosa deste plano é fundamental para proteger a reputação da Ordem dos

Médicos Dentistas, assegurar a gestão eficiente dos recursos dos seus membros e fortalecer a confiança da sociedade na profissão e nas suas instituições representativas. Em 2026, a integridade será a base sobre a qual a OMD construirá o seu futuro.

Documento elaborado em: novembro de 2025

Aprovado por: Conselho Diretivo da OMD em 16 de janeiro de 2026

Data de entrada em vigor: 19 de janeiro de 2026

Anexo: Cronograma de Implementação de Medidas Prioritárias

A implementação das medidas críticas será faseada para garantir a sua correta assimilação e operacionalização.

Medida Prioritária	Prazo de Implementação	Responsável
Lançamento do canal de Denúncias	Jan 2026	Gabinete Jurídico e de Integridade
Nomeação do Gestor do Plano e Comité de Acompanhamento	Jan 2026	Conselho Diretivo
Publicação do Relatório de Patrocínios 2025	Jan 2026	DAO/Conselho Diretivo
Configuração do ERP (SoD e fluxos)	Jan 2026	Unidade Inovação Digital / DAO
Criação da Bolsa de Formadores Pública	Jun 2026	Centro de Formação Contínua
Ciclo de Workshops Éticos (1.ª Edição)	Jun 2026	Gestão de Pessoas e Cultura Organizacional; Gabinete Jurídico e de Integridade
Auditoria Intercalar à Obra	Dez < 2026	Fiscalização

Ordem dos Médicos Dentistas

Av. Dr. Antunes Guimarães, nº 463
4100-080 Porto

T (+351) 226 197 690
geral@omd.pt

www.omd.pt